

SEPARAR PARA CONTROLAR: OS SENTIDOS DA COMIDA NA CEAGESP DE SÃO PAULO/SP¹

Valmir José de Oliveira Valério²

RESUMO: Desde as mais antigas formas de comercialização de alimentos, como as feiras-livres, até a consolidação das grandes cadeias nacionais e internacionais de abastecimento, as distâncias necessárias ao encontro entre produção e consumo têm sido progressivamente aumentadas, com implicações no aumento dos preços e, conseqüentemente, na redução do acesso aos alimentos, sobretudo para as famílias mais pobres. Nesse âmbito, este artigo tem como objetivo analisar os significados da CEAGESP de São Paulo/SP para o abastecimento alimentar hortifrúti, de maneira a destacar as estratégias de separação e controle perpetradas pelo capital comercial e industrial. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, com especial atenção para os conceitos de regimes alimentares internacionais e impérios alimentares. Além disso, foram realizados trabalhos de campo na CEAGESP de São Paulo/SP e no município de Piedade/SP. Antes de articular produção e consumo, os atravessadores instalados nas centrais de distribuição têm a sua existência assegurada na constante separação entre os extremos da alimentação, de maneira cobrar pelo encontro entre ambos. Portanto, faz-se necessário questionar o atual sistema de produção e distribuição de alimentos, de maneira a pensar estratégias para a construção de uma alimentação emancipada do jugo dos atravessadores.

PALAVRAS-CHAVE: Regimes alimentares internacionais; Impérios alimentares; Centrais de abastecimento; Hortifrúti.

SEPARATE TO CONTROL: THE SENSES OF FOOD AT CEAGESP OF SÃO PAULO, BRAZIL

ABSTRACT: Since the oldest forms of food marketing, such as open-air markets, to the consolidation of large national and international supply chains, the necessary distances for the meeting between production and consumption have been progressively increased, with implications for rising prices and consequently, reducing access to food,

¹ Artigo produzido a partir dos resultados da Tese de Doutorado do autor, defendida no ano de 2019 e orientada pelo Professor Dr. Eduardo Paulon Girardi.

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente/SP. Professor substituto do curso de graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Correio eletrônico: valmir.valerio@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3540-7754>.

especially for poorer families. In this context, this article aims to analyze the meanings of CEAGESP of São Paulo/SP for fruit and vegetable food supply, in order to highlight the separation and control strategies perpetrated by commercial and industrial capital. For this purpose, a literature review was carried out on the subject, with special attention to the concepts of international food regimes and food empires. In addition, fieldwork was conducted at CEAGESP in São Paulo/SP and in the municipality of Piedade/SP. Before linking production and consumption, intermediaries installed in distribution centers have their existence ensured by the constant separation between the extremes of food, in order to charge for the meeting between both. Therefore, it is necessary to question the current system of food production and distribution in order to think about strategies for building food that is emancipated from the control of intermediaries.

KEYWORDS: International food regimes; Food empires; Supply centers; Fruits and vegetables.

SEPARAR PARA CONTROLAR: LOS SENTIDOS DE LA COMIDA EN LA CEAGESP DE SÃO PAULO, BRASIL

RESUMEN: Desde las formas más antiguas de comercialización de alimentos, como los mercados al aire libre, hasta la consolidación de las grandes cadenas de suministro nacionales e internacionales, las distancias necesarias para que la producción y el consumo se encuentren se han incrementado progresivamente, con implicaciones en el aumento de los precios y, en consecuencia, en la reducción. acceso a los alimentos, especialmente para las familias más pobres. En ese contexto, este artículo tiene como objetivo analizar los significados de la CEAGESP de São Paulo/SP para el suministro de frutas y vegetales, con el fin de resaltar las estrategias de separación y control perpetradas por el capital comercial e industrial. Para ello se realizó una revisión bibliográfica sobre el tema, con especial atención a los conceptos de regímenes alimentarios internacionales e imperios alimentarios. Además, se realizó trabajo de campo en la CEAGESP de São Paulo/SP y en el municipio de Piedade/SP. Antes de vincular producción y consumo, los intermediarios instalados en los centros de distribución tienen asegurada su existencia en la constante separación entre los extremos de la alimentación, para cobrar por el encuentro entre ambos. Por lo tanto, es necesario cuestionar el actual sistema de producción y distribución de alimentos, a fin de pensar estrategias para la construcción de una alimentación emancipada del yugo de los intermediarios.

PALABRAS CLAVE: Regímenes alimentarios internacionales; Imperios alimentarios; Centros de abastecimiento; Frutas y vegetales.

INTRODUÇÃO

A história dos regimes alimentares ilustra como o controle (sobretudo do movimento) dos alimentos na escala internacional moldou as dinâmicas de acumulação desde o final do século XIX, permitindo que os países capitalistas do Norte pudessem dar continuidade ao seu processo de industrialização. Nesse contexto, a vigência do terceiro regime alimentar ou regime alimentar corporativo marca a ascensão dos impérios alimentares, quando o controle dos alimentos passa do Estado, como era nos regimes precedentes, para as corporações transnacionais (Ploeg, 2008; Mcmichael, 2016).

A cadeia de controle por meio da qual é expresso o poder dos atuais impérios alimentares é composta, na verdade, por uma extensa hierarquia de cadeias controladas de cima para baixo. Isso abrange desde os atravessadores locais que, embasados no conhecimento aprofundado das realidades local e regional, oferecem um amplo estoque de possibilidades de aquisição de mercadorias ao longo de todo o ano, até as grandes cadeias instaladas nas centrais de distribuição que, a partir da centralização da produção de milhares de municípios, fazem dos alimentos ativos negociados de acordo com as cotações do mercado.

Esta cotação inclui, imprescindivelmente, as distâncias subentendidas ao encontro entre produção e consumo de alimentos, que são ampliadas ainda mais quando consideramos as distâncias ocultas ao abastecimento alimentar. Tais distâncias ocultas refletem a participação de procedências que, não obstante a sua importância para a composição dos volumes mais expressivos, ficam ausentes da pauta oficial de dados, o que dá sentido concreto ao que aqui denomino como fornecedor oculto.

Nessas circunstâncias, a partir do caso da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), este artigo tem como objetivo refletir

acerca do movimento dos alimentos entre os extremos da alimentação (produção e consumo), de maneira a destacar a lógica que referencia a separação e o controle, tanto da produção no campo quanto do consumo nas cidades.

Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto, com destaque para os conceitos de regimes alimentares internacionais e impérios alimentares. Para não incorrerem em risco de fetichização da teoria e, também, para que a mesma esteja fundamentada na realidade verificada em campo, foram realizados trabalhos de campo na CEAGESP de São Paulo/SP e no município de Piedade/SP. Para além da dicotomia que separa teoria e prática, neste artigo, entendemos o trabalho de campo como uma observação orientada pela teoria, conforme descrito por Lacoste (2006 [1977])³.

Isto posto, iniciamos com o debate sobre os impérios alimentares e os significados do alimento e da alimentação no âmbito aqui considerado, de maneira a destacar os interesses envolvidos. Em seguida, apresentamos os elementos que caracterizam e justificam a compreensão da CEAGESP como território privilegiado da especulação alimentar, assim como os sentidos do movimento dos alimentos entre a produção e a distribuição. Para finalizar, concluímos com uma reflexão de síntese acerca dos assuntos abordados.

IMPÉRIOS ALIMENTARES, ALIMENTO E ALIMENTAÇÃO: *SEPARAÇÃO E CONTROLE*

Pelo menos desde o início do século XX, o conceito de império tem sido utilizado para descrever a atuação de Estados com capacidade de influenciar e controlar (econômica, cultural e politicamente) outros territórios. Para Lenin (2008), o império constitui a fase avançada do desenvolvimento capitalista, caracterizada por uma intensa disputa entre potências por recursos e influência

³ "O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável" (LACOSTE, 2006 [1977], p. 91).

global. Nessa disputa, o mundo é “dividido” em diferentes áreas de influência e exploração, pressuposto para a acumulação do capital.

De acordo com Harvey (2004), o conceito contemporâneo de imperialismo contempla, além da expropriação dos recursos naturais e humanos na escala do globo, a financeirização da economia, a privatização de bens públicos e a gestão de crises, entre outros. Este “novo imperialismo” é amparado pelo poder político, econômico e militar dos países dominantes, principalmente os Estados Unidos, que se valem do poder bélico para influenciar, sob a retórica de defesa da segurança nacional, países e instituições internacionais.

Nas formas e conteúdos atuais, o imperialismo é expressão do capitalismo globalizado e da sua necessidade de permanente expansão (HARVEY, 2004). Assim, a busca por novos recursos e mercados passa a incluir processos de intervenção direta e indireta ao redor do globo, na maioria das vezes com o argumento indecoroso de defesa da democracia. Paralelamente, aumentam os processos de desregulamentação e privatização, reduzindo a capacidade dos governos nacionais de protegerem os seus interesses, intensificando as desigualdades e deixando os mercados locais cada vez mais vulneráveis.

Já em relação aos impérios alimentares, em que pese a sua expressão fundamentalmente internacional, os seus tentáculos são lançados na escala de cada um dos países. Em outras palavras, se é na escala internacional que os impérios alimentares determinam a sua existência, é na escala nacional que a sua força e o seu controle são efetivamente exercidos. Isso porque, enquanto “modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante” (Ploeg, 2008, p. 20), os atuais impérios alimentares não possuem recursos próprios.

Assim, a sua força vem justamente do controle estabelecido sobre as ligações da “economia real”, na qual se realizam efetivamente os processos de produção, processamento, embalagem, transporte, etc. Por meio do controle das

ligações que articulam as relações entre os setores da economia, são impostas normas e especificações que definem as relações que serão facilitadas ou dificultadas. Com isso, fica assegurado o controle, tanto do trabalho no campo, quanto dos recursos naturais específicos a cada parte do planeta (Ploeg, 2008).

De acordo com o autor, os impérios alimentares não constituem um grupo ou agente hegemônico específico, mas uma rede hierárquica de agentes que contemplam desde grupos de agronegócio, grandes cadeias varejistas (às quais controlam uma extensa rede de pequenos e médios produtores de alimentos) e indústria alimentar, até mecanismos estatais, mercado financeiro e tecnologias.

Por meio de redes financeiras bem definidas, o império controla os pontos de entrada, especificando quais os tipos de agricultura terão acesso a crédito. O império controla, principalmente, os pontos de venda, de tal modo que, fora dele, é mais difícil chegar até os consumidores. Assim, a comercialização da produção depende cada vez mais da passagem obrigatória pelos pontos de entrada do império, como as grandes cadeias varejistas instaladas na CEAGESP/SP.

A rede coercitiva que constitui os impérios alimentares compreende, para além dos mecanismos estatais e dos códigos legais que definem os critérios a serem adotados, o controle de rotas (sobretudo as mais estratégicas na articulação entre produção e consumo), armazéns, veículos, motoristas, tecnologias, centrais de distribuição e estabelecimentos de venda ao consumidor, entre outros (Ploeg, 2008).

A alimentação, aqui entendida como o encontro entre produção e consumo de alimentos, pressupõe o funcionamento de um sistema que a engendra, de maneira a organizar (ou desorganizar) os elementos que a configuram. Portanto, a busca pela construção de propostas alternativas de produção e abastecimento passa, necessariamente, pela análise das principais variáveis que compõem o sistema alimentar atualmente hegemônico.

Nesse sentido, o atravessador, eufemisticamente denominado como “atacadista”, “distribuidor” ou “comerciante de alimentos”, tem na constante separação entre produtores e consumidores o trunfo que permite deixar reféns tanto um quanto outro e, com isso, transformar a alimentação das pessoas em um *negócio* como outro qualquer.

Se é razoável admitir que a dimensão de mercado é, sem dúvida, componente fundamental da produção de alimentos, mais aceitável ainda é que esta possui significados que extrapolam àquela. Isto é, enquanto fundamento indispensável à vida humana, o alimento rompe com a prevalência unilateral do valor de troca, posto que, no limite, é o seu valor de uso que importa (ou deveria importar). Da mesma maneira, mais que simples mercadorias como outras quaisquer, os alimentos compõem uma complexa síntese que extrapola a dimensão meramente econômica.

Harvey (2016) argumenta que, no capitalismo, a busca pelo lucro faz com que a produção das coisas seja emancipada da sua utilidade intrínseca, do seu valor de uso, isto é, da sua utilidade prática para satisfazer alguma necessidade humana. Como nos lembra o autor, é importante enfatizar que, na sociedade capitalista, todas as mercadorias possuem um valor de uso e um valor de troca. Entretanto, o valor de uso das coisas acaba por ser sobreposto pela necessidade de gerar lucro por meio da troca no mercado.

É o que acontece com os alimentos, pois, uma vez inseridos no mercado capitalista, se serão ou não consumidos e, com qual qualidade, passa a ser secundário, posto que prevalece o imperativo do lucro. Nessa lógica, eventuais descartes de alimentos não constituem nenhum tipo de desperdício, mas sim a margem de perda que assegura ao alimento o sagrado status de mercadoria. Mais importante que serem consumidos, é que sejam vendidos. Mais que matar a fome, gerar lucros (Valério, 2019).

Submetido à lógica da mercadoria, o sistema alimentar é regido por interesses atrelados à reprodução do capital, sobretudo na sua expressão comercial e industrial. No âmbito dos objetivos aqui estabelecidos, faz-se necessário destacar a atuação dos setores responsáveis pela intermediação entre produtores de hortifrútis e a CEAGESP de São Paulo/SP, mais especificamente em relação aos representantes do capital comercial que atuam nas Centrais de distribuição.

O entendimento desta relação pressupõe lembrar, ainda que brevemente, alguns elementos referentes a divisão social e territorial do trabalho. Em Marx (2013), encontramos elementos para pensar a divisão social do trabalho como um processo de fragmentação e especialização das tarefas e funções produtivas entre indivíduos e classes sociais. Para o autor, essa divisão é inerente ao desenvolvimento das sociedades humanas e condição de existência da produção de mercadorias. Entretanto, ela é fortemente intensificada e complexificada a partir da ascensão do capitalismo, que aliena o trabalhador do produto do seu trabalho, transformando os trabalhadores em “peças” de um sistema que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar da sociedade.

Nesse âmbito, a divisão territorial do trabalho é a manifestação geográfica da divisão social do trabalho (Lipietz, 1988). A divisão territorial define a organização espacial das atividades produtivas, de acordo com a qual regiões e países se especializam em diferentes tipos de produção. Na produção e distribuição de alimentos hortifrútis, a divisão territorial do trabalho separa produtores e consumidores, favorecendo os circuitos longos (escalas nacional e internacional) em detrimento dos circuitos curtos (escalas local e regional), o que projeta o aumento das distâncias necessárias ao encontro entre produção e consumo de alimentos.

Ao contrário do que possa aparentar para um observador desavisado, antes de articular produção e consumo de alimentos, as empresas de compra, armazenagem e venda têm o seu funcionamento referenciado na *separação constante entre os extremos da alimentação*. Para isso, os atravessadores utilizam as centrais de distribuição como território privilegiado da especulação e do lucro, no qual os alimentos produzidos por milhares de famílias são negociados pelas cotações vigentes no mercado.

A frieza da cotação não considera o trabalho das agricultoras e agricultores responsáveis pela produção dos alimentos, sub-remunerados na venda das safras. A cotação é, na verdade, um eufemismo utilizado para encobrir os verdadeiros significados da relação estabelecida, de especulação com a alimentação das pessoas, afetando diretamente os preços para os consumidores finais.

Outro importante aspecto a ser lembrado diz respeito ao fato de que, nessa relação entre produção e distribuição, na hora da compra no campo os atravessadores impõem uma série de exigências e padronizações, pois, enquanto mercadoria, prevalece a aparência, potencializador do seu valor de troca. Isso aumenta as perdas e reduz a renda dos agricultores, além da disponibilidade de alimentos. Ativada por uma *rede hierárquica*⁴ que organiza (ou desorganiza) a produção e a distribuição de alimentos, a concentração do mercado de hortifrúti nas mãos dos atravessadores repercute na redução da segurança alimentar para toda a sociedade.

Conforme relatado por Valério (2022), em situações de escassez de determinados produtos, a concentração do mercado leva a aumentos abusivos dos preços, excluindo contingentes expressivos do consumo, com especial

⁴ Os atravessadores são organizados por uma hierarquia que contempla desde pequenos e médios negócios nas escalas local e regional, até grandes cadeias nacionais e internacionais.

gravidade para as famílias de menor poder aquisitivo. A esse respeito, apresentamos a seguir o caso da CEAGESP de São Paulo/SP, o qual permite refletir sobre as estratégias de separação e controle perpetradas pelo capital comercial e industrial no controle do alimento e da alimentação.

CEAGESP/SP: TERRITÓRIO PRIVILEGIADO DA ESPECULAÇÃO ALIMENTAR

Analisar o território pressupõe considerar o controle de parcelas do espaço pelas relações de poder que permeiam a sociedade, conforme afirma Raffestin (1993). Para o autor, todas as ações praticadas pelos sujeitos produzem territórios que, ainda que não sejam traçados, revelam as relações que um grupo mantém com uma determinada porção do espaço. Conseqüentemente, “a ação deste grupo gera, de imediato, a delimitação (Raffestin, 1993, p. 153).

Contudo, entender o limite como pressuposto para a formação do território reduz a análise ao território-área que, não obstante a sua importância, limita as possibilidades de análise e compreensão das múltiplas dimensões e expressões do território. A esse respeito, Raffestin (1993) argumenta que a rede é um elemento que participa constantemente da configuração e reconfiguração dos territórios. Móvel e inacabada, a “rede se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo [...] tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (Raffestin, 1993, p. 204).

Essa reflexão nos faz pensar os territórios-rede (Haesbaert, 2010), espacialmente descontínuos e dinâmicos, configurados a partir da topologia das redes. O autor distingue os territórios-zona, mais tradicionais e forjados de acordo com a lógica zonal, dos territórios-rede, expressão do controle espacial pelo *controle de fluxos*. É esse o significado da CEAGESP/SP como território, responsável

pela articulação e controle de uma extensa rede de territórios camponeses, assim como dos alimentos por eles produzidos.

Enquanto referência mais importante no abastecimento alimentar hortifrúti do estado de São Paulo, a CEAGESP surge no ano de 1969, a partir da fusão do Centro Estadual de Abastecimento (CEASA) e da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP). Inaugurado no ano de 1966, hoje o Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP) está entre os maiores centros de comercialização atacadista do mundo, com movimentação superior a 280 mil toneladas/mês (Figura 1).

As demais unidades que formam a rede surgiram a partir do processo de descentralização que teve início no final dos anos 1970, com a inauguração da primeira unidade de comercialização além dos limites da capital paulista, no município de São José do Rio Preto (Ceagesp, 2018).

Figura 1: Mercado Livre do Produtor (MLP), CEAGESP – São Paulo/SP.



Fonte: Trabalho de campo. Valério, 2017.

Dentre todas as unidades que compõe a rede CEAGESP entre a capital e o interior do estado, o Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP) é responsável, sozinho, por mais de 80% dos volumes totais movimentados pela rede como um todo (13 unidades). Lá, confortavelmente instalados na infraestrutura proporcionada e mantida pelo Estado, centenas de grandes e médios atravessadores têm toda a liberdade para especular diariamente com a alimentação das pessoas (OLIVEIRA, 2010).

Na Central de Entrepastos de São Paulo, o movimento da comida segue um ritmo frenético, ditado pela austera necessidade de manutenção das taxas de lucro das empresas atacadistas. Apesar do horário das atividades de compra e venda ter início apenas a partir das seis da manhã, os caminhões carregados começam a chegar bem antes do nascer do sol.

De acordo com caminhoneiros entrevistados no local, a partir da 1h da manhã a disputa para estacionar já é grande, pois entre as 05:00 e as 09:00 horas (e das 17:00 às 21:00 horas) a circulação de caminhões pesados pelas vias mais importantes (Marginal Tietê, Marginal Pinheiros, entre outras) é não apenas proibida, mas, também, passível de multa.

Isso dá origem ao que os caminhoneiros chamam de “arrancadão”, momento de maior concorrência pelas vagas de estacionamento disponíveis, sobretudo aquelas mais acessíveis em relação aos portões de entrada e saída da unidade. Uma vez estacionados, os motoristas aproveitam para realizar uma “checagem” nos caminhões, socializar, tomar banho, fazer as suas refeições e descansar até o horário do início das atividades de descarregamento, no começo da manhã.

Quando os portões são abertos e as atividades de compra e venda são retomadas, um ritmo constante de entrada e saída de veículos é novamente ativado. Se no início da madrugada o ritmo é marcado pela movimentação dos

grandes caminhões e carretas carregados de hortifrúttis de diversos estados e municípios brasileiros (e também de outros países), nesse momento são os veículos menores, principalmente dos compradores locais e regionais, que ditam o compasso.

Pela restrição do horário de circulação, até as 09:00 horas predominam os veículos leves, principalmente “vans”, utilitários e caminhões de pequeno porte. Neste horário, a maioria do movimento é de pequenos e médios comerciantes de hortifrúttis que buscam diariamente frutas, legumes e verduras para comercialização em feiras-livres, quitandas e pequenos mercados, além de bares e restaurantes, principalmente de São Paulo/SP e região metropolitana (Figura 2).

Figura 2: Tipos de veículos leves no transporte de hortifrúttis na CEAGESP/SP.



Fonte: Trabalho de campo. Valério, 2017.

Após as 9h da manhã, com o trânsito de caminhões liberado até às 17h, a movimentação nos portões da Central de entrepostos de São Paulo ganha outras dimensões, com o vaivém predominante dos veículos pesados (Figura 3). Neste

intervalo, apesar dos caminhões pesados serem maioria, é grande também a movimentação de veículos leves, responsáveis pelo fracionamento e distribuição dos hortifrútis nos municípios do entorno da capital paulista.

Dessa maneira, todos os dias, caminhões carregados de diversos tipos de hortifrútis, procedentes de milhares de municípios do Brasil chegam para o abastecimento da Central de distribuição de São Paulo e, ao mesmo tempo, veículos de diversos estados saem carregados levando hortifrútis para serem comercializados em outros milhares de municípios brasileiros.

Figura 3: Tipos de veículos pesados no transporte de hortifrútis na CEAGESP/SP.



Fonte: Trabalho de campo. Valério, 2017.

Para se ter uma ideia das dimensões e, principalmente, dos significados superlativos da CEAGESP de São Paulo/SP em termos de comercialização de alimentos, em uma área total de 700.000 metros quadrados (70 hectares) e área construída de 271.000 metros quadrados, em média 12.000 caminhões e 50.000 pessoas circulam pelo local diariamente (Mapa 1), resultando em uma

movimentação média de aproximadamente 10.000 toneladas de hortifrúteis por dia (CEAGESP, 2018).

A maior parte dos produtos comercializados na CEAGESP de São Paulo/SP fica armazenada no local por pouco tempo, geralmente não mais que 24 horas. Isso porque, com a mesma frequência e velocidade que entram, os mesmos devem, também, sair. Nesse sentido, existe uma busca constante pela adequação do encontro entre grandes vendedores e grandes compradores de hortifrúteis.

Mapa 1: Localização do Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP) – CEAGESP/SP.



Fonte: CEAGESP, 2018. **Elaboração:** Valério, 2019.

Consequentemente, as negociações são realizadas tendo em vista as demandas pré-estabelecidas, de maneira que os produtos cheguem das origens e saiam para os destinos no mesmo dia, pois, como declarado por um dos permissionários entrevistados, “mercadoria parada não faz dinheiro”.

Segundo Marx (2013), a mercadoria possui valor; um valor de uso, relacionado a sua utilidade para satisfazer necessidades humanas, e um valor de troca, definido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Essa dualidade reflete a natureza contraditória do desenvolvimento capitalista, no qual as relações sociais são mediadas pela troca de mercadorias. Nesses termos, a mercadoria não é apenas um elemento físico, mas sobretudo a expressão de relações e contradições sociais que determinam a unidade básica do sistema capitalista.

Em que pese a sua capacidade de satisfazer alguma necessidade humana (valor de uso), o objetivo da produção da mercadoria é, sempre, a sua troca no mercado. A mercadoria carrega em si as relações sociais responsáveis pela sua produção, ou seja, a divisão social do trabalho. Carrega, igualmente, a divisão territorial, entendida como expressão espacial da divisão social do trabalho (Lipietz, 1988).

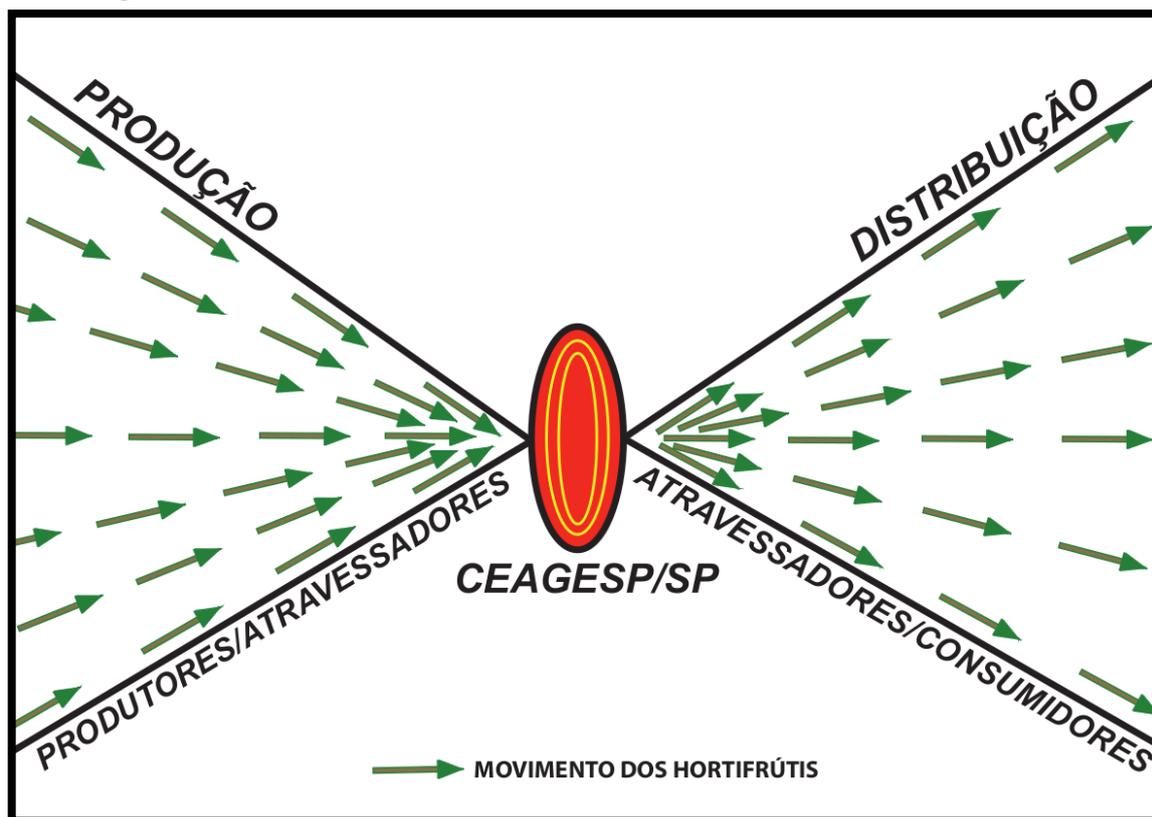
No entanto, tais relações são mascaradas pela forma mercadoria, encobrendo contradições fundamentais do sistema capitalista, como a alienação e exploração dos trabalhadores e a imposição de localizações (agrícolas, industriais, etc.) referenciadas *não* no que é melhor para a sociedade, mas na maximização constante das taxas de lucro.

Enquanto mercadorias, os alimentos são apartados dos seus significados mais amplos. Na lógica capitalista, se os alimentos vão ou não alimentar pessoas, isso não é o mais importante. Além disso, a condição específica dos produtores que cultivaram aqueles alimentos pouco importa, pois, no mercado, a referência

é a cotação do dia, mesmo que isso possa significar a invalidação de todo o trabalho investido pelos maiores responsáveis pelo abastecimento da Central, com a imposição de prejuízos para agricultoras e agricultores.

Nesse contexto, ao produzir de acordo com técnicas e princípios da agricultura convencional, marcada pela produção de grandes quantidades de poucos tipos de cultivo (maior quantidade e menor diversidade), a passagem pelo crivo do atravessador é o pressuposto para que a produção se realize no mercado e, assim, possa gerar renda para o produtor. Ou seja, o acesso dos produtores aos mercados e dos consumidores aos alimentos está, sempre, na dependência da atuação dos atravessadores (Figura 04).

Figura 04: Movimento dos hortifrútis referenciado na CEAGESP/SP.



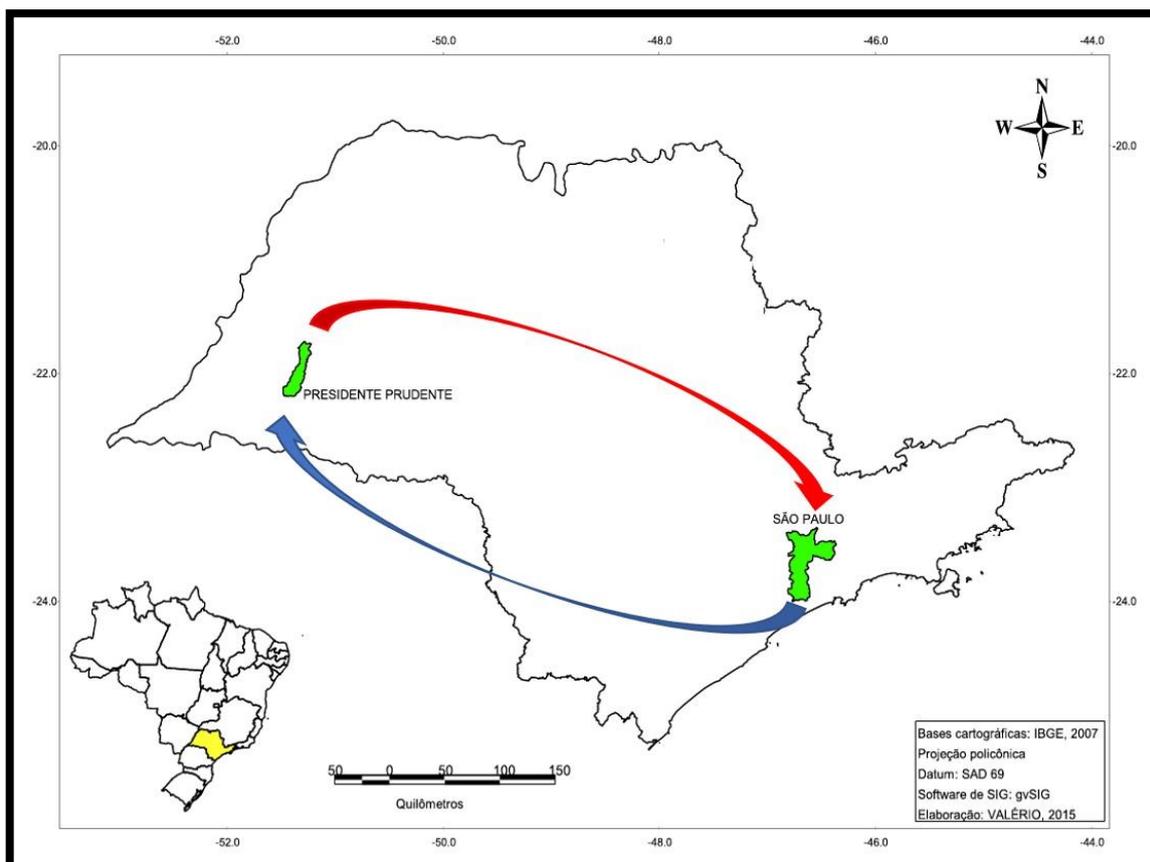
Fonte: Trabalho de campo. **Elaboração:** Valério, 2019.

Como funis encaixados um ao outro, o movimento dos alimentos é regido pela batuta do capital comercial, que parasita nas Centrais de distribuição

organizando a configuração mais adequada para a extração da riqueza produzida pelo trabalho no campo. Da produção ao consumo, os alimentos podem percorrer grandes distâncias, não necessariamente entre o campo e a mesa, mas entre o campo os diversos componentes da cadeia de atravessadores que compõe o atual sistema alimentar hegemônico.

Nesse sentido, os alimentos chegam ao ponto de terem que percorrer milhares de quilômetros para que a produção local e regional seja consumida nos mesmos municípios e regiões nos quais os alimentos foram produzidos. Na lógica do sistema alimentar hegemônico, os alimentos chegam ao ponto de terem que “ir para depois voltar” (Mapa 2).

Mapa 2: Exemplo do movimento de *vaivém* dos hortifrúteis referenciado na CEAGESP/SP.



Fonte: Trabalho de campo. Valério, 2019.

No capitalismo, impõe-se a irracionalidade da forma mercadoria. Consequentemente, os territórios de produção e distribuição de alimentos não são determinados pelas necessidades alimentares locais e regionais, mas sim pelos interesses especulativos inerentes aos impérios alimentares.

No caso específico da CEAGESP/SP, antes de serem comercializados, os alimentos devem ser reunidos na escala demandada pelo mercado para, dessa maneira, atenderem aos requisitos qualitativos e quantitativos. Esse é um dos elementos que explica o movimento aparentemente sem sentido do “vaivém” dos alimentos.

Além disso, temos que destacar o fato de que, produzindo muito acima da capacidade de comercialização direta das safras, os produtores não podem vender grandes quantidades de um mesmo produto nas escalas local e regional, fato que os deixa, inevitavelmente, reféns dos atravessadores (Figura 5).

Figura 5: Produtores camponeses na colheita de alface em Piedade/SP.



Fonte: Trabalho de campo. Valério, 2018.

Dessa maneira, os alimentos produzidos localmente são vendidos para atravessadores que buscam, no campo, a safra pronta para colheita. Como constatado em trabalhos de campo realizados no município de Piedade/SP, os preços efetivamente pagos aos produtores chegam a ser até cinquenta vezes menores que os preços cobrados dos consumidores finais.

Nessa oportunidade, ouvi depoimentos que ilustram o caso mais desigual em termos de diferença de preço na roça e na prateleira. Segundo produtores entrevistados no município de Piedade/SP, a negociação feita no campo para estabelecer os preços das mercadorias nem sempre é cumprida. Isso porque, dependendo da qualidade e oferta de determinada mercadoria, os preços podem cair, posto que o imperativo da cotação do dia se impõe a qualquer tipo de previsão.

No caso relatado, a caixa de alface contendo 24 “pés” saiu da roça pelo preço prometido de R\$ 5,00 (aproximadamente R\$ 0,21 por “pé”). Entretanto, no ato da comercialização surgiram novas condições, supostamente devido à constatação de qualidade inferior àquela vislumbrada no campo e, também, ao excesso de alface no mercado.

Com isso, se R\$ 5,00 já era um valor muito baixo pela caixa com 24 “pés” de alface, tendo em vista os preços finais de revenda, após a imposição das novas condições o produtor recebeu apenas R\$ 2,00 pela caixa (menos de R\$ 0,10 por “pé”), enquanto na prateleira dos mercados da capital paulista, por exemplo, cada “pé” de alface era comercializado entre R\$ 3,00 e R\$ 5,00, o que faz a mesma caixa comprada por R\$ 2,00 render até R\$ 120,00 para os atravessadores e comerciantes finais. E isso, sem ficar um minuto ao sol ou mesmo sujar as mãos de terra.

Efetivamente, o produtor é o menos beneficiado pela riqueza gerada pelo seu trabalho no campo, posto que a maior parte fica com os atravessadores e

comerciantes finais. Em outras palavras, a maior parte do preço dos alimentos é derivada do sistema ao qual os mesmos estão submetidos e não dos seus custos de produção. É importante lembrar que, submetida à lógica dos impérios alimentares, para que a produção local chegue até o mercado local, ela antes precisa passar pelo rito de valorização pelo movimento no espaço, pressuposto para o atendimento das escalas demandadas pelo mercado.

A esse respeito, o caso mais emblemático foi identificado no município de Piedade/SP, que envia dezenas de tipos de frutas e hortaliças para a CEAGESP da capital paulista e, posteriormente, compra lá os mesmos produtos para a comercialização no mercado local. Nas palavras do responsável pelo setor de agricultura do município, “o alimento tem que primeiro sair para depois voltar”. Portanto, se originalmente a distância entre a produção e o consumo era “x”, com a atuação dos atravessadores e da lógica do vaivém da comida essa distância passa a ser multiplicada.

Quando consideramos a participação das grandes cadeias atacadistas na movimentação de frutas, legumes e verduras, o processo de vaivém da comida ganha dimensões ainda mais acentuadas, posto que supermercados e hipermercados de diversas regiões do estado (e do Brasil) buscam na CEAGESP/SP os mesmos alimentos que estas regiões produzem e enviam para a comercialização na Central de entrepostos da capital.

Por outro lado, a centralidade do atravessador no abastecimento alimentar resulta no encobrimento de parte das distâncias percorridas pelos alimentos. Isso acontece porque muitos alimentos são produzidos em um município, enviados para lavagem, seleção e embalagem em outro e, a partir deste, são comercializados com notas fiscais nas quais a origem declarada é aquela na qual os alimentos foram lavados e preparados para a venda e não aquela da sua da sua produção.

Um dos casos mais ilustrativos nesse sentido diz respeito ao caso do envio de cenouras de Piedade/SP para a CEAGESP/SP, conforme constatei durante os trabalhos de campo. Apesar da origem declarada das cenouras ser oficialmente o município do interior do estado de São Paulo, na verdade elas são produzidas na região de São Gotardo, no estado de Minas Gerais e, posteriormente, colhidas e enviadas para lavagem, classificação e embalagem no município de Piedade/SP (Figura 6).

Feito isso, as cenouras são comercializadas a partir do município paulista, como se neste tivessem sido produzidas, quando na verdade foram cultivadas em terras bem mais longínquas, o que reduz as distâncias passíveis de serem identificadas por meio dos dados oficiais de procedências da CEAGESP/SP.

Figura 6: Galpão de lavagem de hortaliças em Piedade/SP.



Fonte: Trabalho de campo: VALÉRIO, 2018.

Esse caso reforça a figura do fornecedor oculto, sujeito que, apesar da sua contribuição para o abastecimento alimentar das Centrais de distribuição, está

ausente da pauta de fornecedores oficiais, assim como as respectivas distâncias percorridas pelos alimentos.

Essa invisibilidade de parte das procedências surge, também, quando agricultoras e agricultores desprovidos de recursos de transporte e/ou para emissão de notas fiscais (pressuposto para a comercialização com as Centrais de distribuição) vendem seus produtos para atravessadores que buscam a produção diretamente no campo.

De tal modo, empresas especializadas no transporte de hortifrúti compram a safra que estiver “disponível” em diversos pequenos estabelecimentos e, em seguida, comercializam os produtos com a emissão de notas referenciadas no município sede da empresa. Nessas circunstâncias, ocorre a ocultação de parte das procedências que, a despeito de não figurarem na pauta de fornecedores oficiais da CEAGESP, são fundamentais para a composição dos volumes comercializados.

Além de acobertar a separação entre produção e consumo, o fornecedor oculto contribui para o aumento das distâncias percorridas entre os extremos da alimentação, posto que os alimentos percorrem grandes distâncias antes de serem reunidos nas Centrais de distribuição, como ilustra o caso da CEAGESP/SP.

Referenciado nos parâmetros dos impérios alimentares, o sistema hegemônico de produção e comercialização de alimentos separa produtores e consumidores, consolidando a alimentação das pessoas como uma fonte inesgotável de lucro. Com isso, aumentam as distâncias necessárias para o encontro entre os extremos da alimentação (Valério, 2019), fazendo crescer os custos com transporte e armazenamento e, conseqüentemente, os preços para os consumidores, o que reduz o acesso das pessoas aos alimentos, com especial gravidade para as famílias de baixa renda.

Essa realidade nos desafia a pensar estratégias alternativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, sobretudo aquelas sustentadas nos parâmetros da agroecologia e da soberania alimentar, nas quais a prioridade é a produção de alimentos saudáveis e a comercialização nas escalas local e regional.

Nesse âmbito, podemos citar as feiras agroecológicas, importantes espaços de encontro entre sujeitos que, mais que relações meramente comerciais, desenvolvem uma relação de confiança, reciprocidade e respeito, na qual o alimento é central.

Outro exemplo referenciado no binômio agroecologia e soberania alimentar pode ser observado na estratégia das “cestas” agroecológicas, utilizadas por diversos movimentos sociais do campo. Compostas por um conjunto variável de alimentos, as “cestas” contemplam desde frutas, legumes e verduras, até itens adicionais, como pães, doces, ovos e queijos, entre outros.

Em que pese a hegemonia dos atravessadores, as tradicionais feiras-livres constituem, ainda, um dos espaços de comercialização direta mais abertos e acessíveis para os pequenos produtores de alimentos. Não podemos deixar de citar, também, as vendas por meio da *internet*, nas quais os produtos disponíveis são divulgados regularmente para a escolha e compra por parte do consumidor que, uma vez cadastrado, recebe os alimentos na sua casa.

Portanto, se hoje a comercialização direta e a agroecologia constituem um caminho ainda em construção, esse caminho pode contribuir para que surjam novas formas de encontro entre produtores e consumidores. O encontro é, nesse sentido, potencializador do fortalecimento e do protagonismo dos principais sujeitos do sistema alimentar, ou seja, produtores e consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação da dependência é, também, uma oportunidade para a sua superação. Dessa maneira, mais que identificar as relações de subordinação que deixam cativos produtores e consumidores, faz-se necessário pensar estratégias para a defesa de uma alimentação emancipada do jugo dos atravessadores. Para isso, impõe-se que o movimento dos alimentos traduza o controle dos fluxos nas escalas local e regional (circuitos curtos), no âmbito do estabelecimento de relações diretas entre produtores e consumidores.

Mais que uma utopia de retorno a um passado idealizado, o debate sobre a necessidade de superar as relações de dependência na produção e distribuição de alimentos abre as entranhas do sistema agroalimentar. Com isso, é possível identificar as prioridades e sentidos que referenciam tanto o cultivo quanto a comercialização, assim como as consequências advindas da atual formatação que projeta a generalização do movimento dos alimentos no espaço, com todas as consequências a que isso implica em termos de preços praticados e, também, de acesso aos alimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP), pelo apoio financeiro que permitiu a elaboração da Tese de Doutorado que fundamentou a construção deste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEAGESP. Institucional CEAGESP. **Histórico sobre a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo**. 2018. Disponível em:

<http://www.ceagesp.gov.br/aceagesp/institucional/>>. Acesso em: 04/08/2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2006.

LENIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2008.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: UNESP; UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 05-64, 2010.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

VALÉRIO, V. J. O. A insegurança da segurança alimentar: o caso da produção de cenoura no Brasil. In: XX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), 2022, São Paulo. **Anais do XX Encontro Nacional de Geógrafos**, 2022.

VALÉRIO, V. J. O. **Agonia da comida**: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútis no estado de São Paulo (2006-2017). 2019. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente/SP.

Submetido em: 24 de abril de 2023.

Aprovado em: 04 de maio de 2024.

Publicado em: 06 de julho de 2024.